

Cómo citar este artículo:

Cossa, A. F. y Angst, F.A. (2019). Papel do trabalho remunerado não-agrícola na produtividade agrícola e bem-estar: evidências de gaza e maputo, sul de Moçambique em 2015. *MLS Psychology Research*, 2(1), 45-64 Doi: 10.33000/mlspr.v2i1.164

PAPEL DO TRABALHO REMUNERADO NÃO-AGRÍCOLA NA PRODUTIVIDADE AGRÍCOLA E BEM-ESTAR: EVIDÊNCIAS DE GAZA E MAPUTO, SUL DE MOÇAMBIQUE EM 2015

Alberto Francisco Cossa

Universidad Internacional Iberoamericana (Mexico)

acossa4@hotmail.com

Felipe Andre Angst

Universidad Internacional Iberoamericana (Mexico)

fangst@ucm.ac.mz

Resumo. Na procura de viabilização das condições de vida, os pequenos e médios detentores de explorações agrárias participam em actividades não-agrícolas, como trabalho remunerado, reduzindo assim o tempo dedicado à agricultura, situação que provoca insegurança alimentar mas noutros casos aumenta a sua produtividade agrícola e o bem-estar. Este artigo avalia a importância e os determinantes do trabalho remunerado não-agrícola (TRNA) na produtividade agrícola e bem-estar das famílias agrícolas de Gaza e Maputo, Sul de Moçambique, baseando-se nos resultados do inquérito agrário integrado de 2015, realizado pelo Ministério de Agricultura e Segurança Alimentar. Para alcance desse desiderato, estimaram-se as famílias participantes do TRNA, segmentadas por indicadores socio-demográficos, processo produtivo e bem-estar por província. Os resultados revelam que 55.4% das famílias agro-pecuárias ocuparam-se também do TRNA em 2015, facto que é um grande contributo para emprego. Os factores associados à essa participação foram a idade relativamente baixa do chefe da exploração, tamanho numeroso da família, chefe da família do sexo masculino, não casado, escolaridade relativamente alta, pequena extensão da terra cultivada e baixa reserva alimentar. Essa situação contribuiu para maior produtividade agrícola e melhoria do bem-estar entre participantes do TRNA, avaliado pelo acesso à água potável, posse de animais domésticos, telefone celular e bicicleta. Este facto propiciou à uma auto-avaliação favorável da situação económica familiar se comparado com os três anos anteriores, o que sugere que o trabalho remunerado não-agrícola combinado com agricultura pode constituir uma estratégia política sustentável do desenvolvimento rural.

Palavras-chaves: Pequena e médias explorações, trabalho remunerado, produtividade agrícola, bem-estar.

PAPEL DEL TRABAJO REMUNERADO NO AGRÍCOLA EN LA PRODUCTIVIDAD AGRÍCOLA Y BIENESTAR: EVIDENCIAS DE GAZA Y MAPUTO, AL SUR DE MOZAMBIQUE EN 2015

Resumen. Para viabilizar las condiciones de vida, propietarios de las pequeñas y medianas explotaciones agrarias participan en actividades no agrícolas, como trabajo remunerado, reduciendo así el tiempo dedicado a la agricultura, situación que provoca inseguridad alimentaria, pero en otros casos aumenta su productividad agrícola y bienestar. Este artículo evalúa la importancia y los determinantes del trabajo remunerado no agrícola (TRNA) en la productividad agrícola y el bienestar de los agricultores familiares de Gaza y Maputo, sur de Mozambique, basado en los resultados de la encuesta agraria integrada 2015, realizado por el Ministerio de Agricultura y Seguridad Alimentaria. Para ello, fueron estimadas las familias participantes del TRNA, segmentado por los indicadores socio-demográficos, proceso productivo y bienestar por provincia. Los resultados revelan que el 55,4% de las explotaciones se ocuparon en 2015 del TRNA, una gran contribución al empleo. Los factores asociados a esa participación fueron la edad relativamente baja, tamaño numeroso de la familia, responsable familiar del sexo masculino, no casado, escolaridad relativamente alta, pequeña extensión de la tierra cultivada y baja reserva alimentaria. Esta situación contribuyó para una mayor productividad agrícola, así como a mejorar el bienestar familiar entre los participantes del TRNA, en términos de acceso a agua potable, animales domésticos, teléfono móvil y bicicleta. Este hecho propició una autoevaluación favorable de la situación económica del hogar en comparación con los tres años anteriores, lo que sugiere que el trabajo remunerado no agrícola combinado con agricultura puede constituir una estrategia política sostenible del desarrollo rural.

Palabras clave: Pequeñas y medianas explotaciones, trabajo remunerado, productividad agrícola, bienestar

THE ROLE OF NON-FARM PAID LABOR IN AGRICULTURAL PRODUCTIVITY AND WELFARE: EVIDENCE FROM GAZA AND MAPUTO, SOUTHERN MOZAMBIQUE IN 2015

Abstract. In order to make livelihood viable, small and medium holders of agricultural holdings participate in non-farm activities such as wage work. This situation reduce the time devoted to agriculture and causes food insecurity but in other cases increases their agricultural productivity and welfare. This paper assess the role and determinants of non-farm wage labor (NFWL), agricultural productivity and well-being of holders of small and medium farms in Gaza and Maputo, Southern Mozambique. The study is based on the results database of the integrated agrarian survey of 2015, conducted by the Mozambique Ministry of Agriculture and Food Security. Thus, the families participating in NFWL were estimated, segmented by the socio-demographic, productive process and the family welfare indicators by province. The findings show that 55.4% of the farmers occupied by the NFWL in 2015, a major contribution to employment. The factors associated with that participation were the relatively low age, large family size, being unmarried, male household Chief, relatively high schooling, small extension of cultivated land and low food reserve. This situation led to higher agricultural productivity and well-being among NFWL participants by high access to drinking water, domestic animals, cell phones and bicycles. This has led to a favorable self-assessment of the household's economic situation compared to the previous three years, suggesting that NFWL combined with agriculture can constitute a sustainable rural development policy strategy.

Keywords: Small and medium-sized farms; non-farm labor; agricultural productivity; welfare.

Introdução

Na procura da manutenção e melhoramento das condições de vida, os pequenos e médios agricultores familiares participam em actividades não-agrícolas, como trabalho remunerado ou por conta própria, reduzindo assim o tempo dedicado às actividades agrárias. Em Moçambique, por exemplo, as explorações praticantes do trabalho agropecuário, como actividade principal, passaram de 54% em 2012 para 49% em 2015 (Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar [MASA], 2017). Nas províncias de Maputo e Gaza, as explorações nessa condição eram 35% e 48% de total, respectivamente em 2015 (MASA, 2017).

De acordo com United Nations Statistics Division [UNSD], (2004), as actividades não-agrícolas são as que não envolvem o trabalho directamente ligado ao uso de terra, criação de animais e pescas. Assim, a actividade agrícola é o cultivo da terra, produção animal, florestal, de pescas, caça e serviços relacionados que não implicam a transformação dos produtos (UNSD, 2004). A agricultura familiar é actividade agrícola realizada por pequenas e médias explorações, tendo como trabalhador principal o membro da família, com limitado acesso de recursos de terra e capital (Organizacion das Naciones Unidas para Agricultura e Alimentacion [FAO], 2012).

A participação de famílias rurais no sector não-agrícola é um fenómeno largamente estudado, sobretudo por autores clássicos sobre a questão agrária, tais como Kaustky e Chayanov. Para Kautsky (1980 como citado em Schneider 2003, p.106), o desenvolvimento do capitalismo na agricultura tende a subordinar-se à indústria, suprimindo a pequena exploração familiar pelo progresso e superioridade técnicas da grande propriedade. Mas Kautsky ressalta que esse processo não elimina, necessariamente, as explorações familiares se estas realizarem trabalho complementar ligado ou não à agricultura para sua subsistência, situação que se devia à posse reduzida de terra e baixa modernização tecnológica, restringindo a capacidade de concorrência.

Para Chayanov (1966 como citado em Blad, 2014, p.50), quando há baixa posse de terra para necessidades familiares ou excesso de membros activos na família, tende-se ocupar a força de trabalho no sector não-agrícola, garantindo o equilíbrio entre trabalho e consumo. Assim, para este autor, a unidade familiar laboral é um investimento vantajoso somente se possibilitar alto nível de bem-estar. Para o mesmo autor, essa situação associa-se à idade e ao tamanho da família, i.é, se há muitos membros em idade activa, a demanda do trabalho não-agrícola aumenta, se comparada com a situação de predomínio de idosos e filhos menores na família.

Ao nível dos países em desenvolvimento, a participação em actividades não-agrícolas aumenta o emprego, demanda de insumos, produção agrícola, renda familiar e reduz a pobreza (Anang, 2017; Awoniyi & Salman, 2011; Babatunde, 2015; Dary & Kuunibe, 2012; Kaur, Kulkarni, Gaiha, & Pandey, 2010; Mehta, 2002; Silva & Kodithuwakku, 2005; 2010). Em países Africanos como Gana e Nigéria, as actividades não-agrícolas chegam a ocupar 30% a 60% das famílias rurais por Awoniyi & Salman,

2011; Dary & Kuunibe, 2012). Em países Latino-Americanos, como Argentina, México e Brasil, as actividades não-agrícolas já ocupavam 20% a 30% da população rural nos finais de 1990 (Schneider, 1999).

Ademais, cerca de 35% a 45% da renda familiar total Africana provém do sector não-agrícola (Haggblade, Hazell, & Reardon, 2007, 2010) e grande parte dos ocupados ganha rendas mais altas do que na agricultura (Jatta, 2013; Ovwigho, 2014; Rantšo, 2016).

As razões da participação dos produtores familiares rurais em actividades não-agrícolas, são diversas, mas destacam-se a redução de risco de especialização agrícola, oscilações dos preços de alimentos no mercado internacional (Boughton et al., 2006; Massingarella, Nhate & Oya, 2005), rápida urbanização, prosperidade económica ligada ao emprego não-agrícola (Paudel, 2002; Schneider, 2003), tendência da queda da renda agrícola, mudanças climáticas, e até como meio de subsistência da família rural (Ellis, 2000; Rantšo, 2016).

Em Moçambique, muitas famílias agro-pecuárias demandam actividades não-agrícolas, devido à baixa produtividade agrícola, altos níveis de pobreza e insegurança alimentar nas áreas rurais (Boughton et al., 2006; Cunguara, 2011; Ministério de Economia e Finanças [MEF], 2016; Massingarella et al., 2005). Mas também, a expansão do trabalho não-agrícola nas áreas rurais associa-se à implementação de mega projectos de investimento estrangeiro na indústria extractiva nos últimos vinte anos (Feijó & Agy, 2015), melhoramento de estradas, concessão de microcréditos por organizações não-governamentais e pelo Estado (Ministério da Planificação e Desenvolvimento, 2009). Feijó e Agy (2015) constataram que em zonas de implementação de grandes projectos das empresas multinacionais, como Tete, Nacala e Maputo, as actividades não-agrícolas ajudam cobrir as despesas de saúde, educação das crianças, melhoria de habitação e até pagamento de mão-de-obra sazonal.

A situação, descrita anteriormente, leva à discussão dos determinantes da participação no sector não-agrícola bem como do seu papel na redução de risco, como solução de bem-estar e como política do desenvolvimento rural.

Para alguns autores, como Bartlett (1986), onde as grandes extensões agrícolas são repartidas em pequenas áreas agrícolas para uso a tempo parcial, a produção agrícola pode reduzir-se. Chikwama (2004) e Rantšo (2016) confirmam um declínio da produtividade agrícola em países da África Austral como resultado da migração constante da população activa para África do Sul. No Brasil, Nascimento (2005) destaca o abandono agrícola no nordeste do país, como efeito de políticas de favorecimento de actividades não-agrícolas. Isto sugere que a participação no sector não-agrícola, neste caso, trabalho fora do país ou nas cidades, prejudica agricultura.

Por outro, a participação no sector não-agrícola depende das condições das famílias e dos locais. Ao nível familiar, as oportunidades de trabalho não-agrícolas disponíveis diferem do grupo de renda (Reardon, 1997; Haggblade et al., 2010; Cunguara, 2011; Cunguara, Langyntuo, & Dranhof, 2011). Isto é, as famílias mais pobres demandam actividades não-agrícolas movidas por factores de pressão, “push factors” como redução de riscos, retorno decrescente de capital, reacção à crise ou restrição de liquidez (Barrett, Reardon, & Webb, 2001; Reardon, 2015). Pelo contrário, os agricultores mais ricos procuram actividades não-agrícolas por factores de atracção, “pull factors”, principalmente

de acumulação e complementaridade estratégica das actividades, tendo maior acesso aos meios como crédito e trabalhos não-agrícolas de maior retorno (Barrett et al., 2001; Reardon, 2015). Ao nível local, a participação no sector não agrícola depende das infraestruturas, como estradas, do acesso ao crédito e à venda dos produtos (Reardon, 2015). Em muitas áreas africanas há muita restrição de crédito, obrigando as pessoas a praticar actividades agrícolas (Haggblade et al., 2010).

Todavia, há muitos estudos que demonstram que famílias agrícolas associadas às actividades não-agrícolas, como estilo de vida, são estáveis do que as famílias exclusivamente agrícolas (Bryceson, 2002; Davis, 2006; Fuller, 1990; Paudel, 2002), reduzindo a pobreza e desigualdades (Kaur et al., 2010; Mehta, 2002; Silva & Kodithuwakku, 2005; 2010; Zhu & Luo, 2005). Em África por exemplo, as actividades não-agrícolas contribuem para o acesso aos activos produtivos, como animais e sementes, fertilizantes, melhoria de habitação e até contratar mão-de-obra (Cunguara et al., 2011; Feijó & Agy, 2015). Na Índia, a renda das famílias agrícolas que pratica actividades não-agrícolas é mais alta que as famílias exclusivamente agrícolas (Kaur et al., 2010; Mehta, 2002).

Diante desse cenário, para este artigo, procura-se saber em que medida a participação no trabalho remunerado não-agrícola (TRNA) influencia a produtividade agrícola e o bem-estar as famílias das pequenas e médias explorações do Sul de Moçambique? Quais os factores que influenciam a participação no trabalho remunerado não-agrícola?

O artigo é uma reflexão, contribuindo para desenho e implementação de projectos e políticas sustentáveis do desenvolvimento rural.

O objectivo geral do artigo é avaliar a importância e os determinantes da participação das famílias com pequenas e médias explorações agrárias no trabalho remunerado não-agrícola, quanto à produtividade agrícola e bem-estar em Gaza e Maputo, sul de Moçambique, em 2015. Assim, os objectivos específicos são os seguintes:

- Sistematizar o conhecimento teórico existente sobre agricultura familiar, actividades não-agrícolas, produtividade agrícola e bem-estar.
- Caracterizar os aspectos sócio-demográficos e o processo produtivo da agricultura e bem-estar da área de estudo, inferindo os determinantes e a importância do TRNA na produtividade e situação económica familiar.

Estruturalmente, o artigo apresenta a introdução, metodologia, resultados, discussão e conclusão.

Metodologia

Este estudo consistiu numa pesquisa bibliográfica e análise dos resultados do inquérito agrário integrado (IAI) de 2015, realizado pelo MASA. O IAI é um inquérito nacional realizado anualmente por amostragem às explorações agro-pecuárias, baseado num ficheiro resultado do censo agro-pecuário 2009-2010. A amostra principal de pequenas

e médias explorações, grupo alvo deste estudo, foi baseado num desenho estratificado bi-etápico, sendo constituída por 3500 áreas de enumeração da amostra-mãe (MASA, 2017).

Uma exploração agro-pecuária é uma unidade económica isolada ou cumulativamente, baseada no cultivo de plantas ou criação de animais quer para auto consumo, quer para venda (MASA, 2017). A pequena e média exploração é uma propriedade isolada ou cumulativamente com menos de 50 hectares de área cultivada, de 100 cabeças de bovinos, de 500 ruminantes (caprinos, ovinos ou suínos) e 20000 aves.

Porque a maioria das pequenas e médias explorações coincide com a unidade domiciliar, os conceitos de agregado familiar, família e exploração familiar serão usados intermutavelmente como sinónimos.

O agregado familiar é o conjunto de indivíduos que vive no mesmo domicílio, sob orçamento comum, excluindo os membros ausentes por mais de um ano, mesmo que partilhem responsabilidades de consumo, investimento e de produção (MASA, 2017).

No seio das pequenas e médias explorações, foram estudados apenas as que tiveram alguma produção agrícola ou animal no ano de referência, tendo os resultados extrapolados ao universo.

O processamento dos resultados foi com recurso ao pacote estatístico SPSS. Assim, foram avaliadas explorações agro-pecuárias, segmentando-as segundo a variável “o responsável ou algum membro da família participou do trabalho remunerado não-agrícola?”, cuja resposta foi “sim” ou “não”. Trata-se duma variável categórica criada a partir das perguntas sobre diversas ocupações remuneradas não-agrícolas feitas no questionário do inquérito. Com esta variável, a informação cruzou-se por província segundo três aspectos de análise: sócio-demográficos, processo produtivo e bem-estar. Os aspectos sócio-demográficos compreenderam análise da frequência por sexo, estado civil mas também da média, mediana e desvio padrão de idade, nível escolar e tamanho do agregado familiar. Os estados civis foram agregados em dois grupos: casados e não casados. Os casados foram os casados oficialmente, polígamos e união de facto enquanto que os não casados incluíram solteiros, viúvos, separados e/ou divorciados.

No processo produtivo, fez-se análise da média, mediana e desvio padrão da área cultivada, da mão-de-obra externa, produtividade e rendimento agrícolas. Ao bem-estar, avaliou-se a média e desvio padrão de animais domésticos, reserva alimentar, frequência de famílias por uso de água potável, posse de bens (motorizada, bicicleta e telefone celular) e por situação económica familiar se comparado com 3 anos anteriores.

Para testar a validade dos resultados das variáveis contínuas pela variável dependente (participação no TRNA) foi usado o teste t independente simples para duas amostras, assumindo igualdade de variância e da média, num nível de significância de 5% e intervalo de confiança de 95%. Para avaliar a associação das variáveis categóricas, como sexo, estado civil, posse de bens, com a participação no TRNA, foi utilizado o teste de qui-quadrado de Pearson, válido a um nível de significância de 5%.

Os indicadores da produção, produtividade e rendimento agrícolas foram derivados da base de dados, resultados do inquérito. A produção agrícola compreendeu a soma da quantidade da produção de cereais, amendoim e feijões. Assim, a produtividade agrícola foi dada pela seguinte fórmula: $Pra = Pa / Af$, onde:

Pra – produtividade agrícola em kg/adulto; Pa – produção agrícola (kg)

Af - Número de membros de agregado familiar

O rendimento agrícola foi dado pela seguinte fórmula:

$Ra=Pa/Ac$, onde:

Ra – rendimento agrícola (kg/ha);

Pa – produção agrícola (kg);

Ac - Área cultivada (ha).

Resultados

Aqui apresentam-se os resultados do IAI sobre as explorações familiares de participantes do trabalho remunerado não-agrícola no sul de Moçambique. A interpretação centra-se em duas grandes subunidades, que orientam os eixos principais de análise a saber:

- Aspectos sócio-demográficos
- Processo de produção agrícola e bem-estar

Aspectos sócio-demográficos

Os resultados em análise são relativos a 60700 explorações agro-pecuárias, das quais 55.4% participaram em 2015 no trabalho remunerado não-agrícola (TRNA) face a 24.7% registado ao nível nacional (Tabelas 1 e 2). Isto significou que na região sul de Moçambique, há muitas famílias agrícolas participantes de TRNA.

Tabela 1

Características sócio-demográficas das explorações do sul de Moçambique em 2015

	Gaza			Maputo			Total		
	sim	não	Total	Participou de TRNA			sim	não	Total
Explorações agro-pecuárias (1000)	22.3	15.8	38.1	11.4	11.1	22.5	33.6	27.0	60.6
Proporção das explorações (%)	58.5	41.5	100	50.4	49.6	100.0	55.4	44.6	100.0
Sexo do chefe do AF (%)									
Masculino	50.6	49.4	100	67.3	32.7	100.0	55.9	44.1	100.0
Feminino	49.7	50.3	100	31.0	69.0	100.0	41.2	58.8	100.0
Estado civil do CAF(%)									
Não casados	62.3	37.7	100	68.3	31.7	100.0	64.4	35.6	100.0
Casados	51.7	48.3	100	40.0	60.0	100.0	47.0	53.0	100.0

Nota: CAF – chefe do agregado familiar AF – Agregado familiar

Fonte: Adaptado do MASA (2017). Resultados do Inquérito agrário integrado 2015.

No entanto, ao nível geográfico, os resultados diferenciam-se pois há maior frequência de participantes do TRNA em Gaza (58.5%) que em Maputo (50.4%), facto que

pode sugerir que há menos explorações agrárias em Maputo que participam em trabalho não-agrícola, consequência de maior urbanização nesta última província.

Por sexo do chefe da exploração, destacam-se mais explorações envolvidas no TRNA entre as chefiadas por homem (55.9%) do que entre as chefiadas por mulher (41.2%). Mas esse facto só é mais notório ao nível de Maputo, onde a cifra de participantes do TRNA entre as chefiadas por homem foi de 67% face a 31% das chefiadas por mulher nesse grupo.

No que se refere ao estado civil, ressalta haver mais explorações com chefes não casados (64%) face aos casados (47%) entre participantes de TRNA, facto extensivo ao nível das duas províncias, indiciando que há mais disponibilidade entre pessoas solitárias de participar no TRNA do que entre as que vivem em união conjugal. É que em união conjugal de muitas áreas Africanas, como é o caso do sul de Moçambique, a mulher tende a realizar maioritariamente trabalhos agrícolas e de educação de crianças.

A participação das explorações familiares no TRNA segundo o sexo, estado civil por província é estatisticamente significativa segundo os testes de qui-quadrado de Pearson pois o resultado do nível de significância foi menor que 5% (Tabela 2). Esse facto sugere que no sul de Moçambique rural, há maior envolvimento em TRNA entre os membros de agregados familiares chefiados por homens, não casados e de Gaza.

Tabela 2

Resultados dos testes de qui-quadrado para trabalho remunerado por província, sexo e estado civil do chefe no sul de Moçambique em 2015

Pearson Chi-Square Tests				Sexo do chefe do AF	Estado civil	Província
Província	Gaza	AF	Chi-square	3.0	1160.8	
			df	1	1	
	Maputo	TRNA	Sig.	.082 ^b	.000 ^{*,b}	
			Chi-square	2975.3	4815.4	
AF Participou de TRNA	Maputo	TRNA	df	1	1	
			Sig.	.000 ^{*,b}	.000 ^{*,b}	
			Chi-square			1412.6
			df			1
			Sig.			.000 ^{*,b}

Nota: Results are based on nonempty rows and columns in each inner most subtable.

*. The Chi-square statistic is significant at the .05 level.

b. Some cell counts in this subtable are not integers. They were rounded to the nearest integer before the computation of Chi-square test.

Fonte: Adaptado do MASA (2017). Resultados do Inquérito agrário integrado 2015.

Relativamente ao tamanho do agregado familiar, este foi elevado entre participantes de TRNA, ao registar aproximadamente oito membros face a seis pessoas entre explorações não participantes (Tabelas 3 e 4).

Tabela 3
Tamanho da família, idade, nível escolar do chefe da exploração e trabalho remunerado no sul de Moçambique em 2015

		Gaza		Maputo		Total	
		Participou de TRNA					
		Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não
Tamanho de AF (Nº)	Média	8.8	6.4	5.4	6.1	7.6	6.3
	Desvio padrão	7,2	5.6	3.5	4.0	6.4	5.0
	Erro padrão da média	0.03	0.02	0.02	0.02	0.02	0.02
Idade do CAF (Anos)	Média	44.0	47.7	48.7	49.4	45.7	48.4
	Mediana	40.0	46.0	47.0	48.0	44.0	46.0
	Desvio padrão	14.6	14.4	11.0	14.4	13.6	14.4
Nível escolar do CAF (Anos)	Erro padrão da média	0.11	0.10	0.10	0.14	0.08	0.08
	Média	3.8	2.9	5.3	4.1	4.4	3.4
	Mediana	4.0	1.0	7.0	2.0	4.0	2.0
	Desvio padrão	3.0	3.3	3.6	4.6	3.3	3.9
	Erro padrão da média	0.02	0.02	0.03	0.04	0.02	0.02

Nota: Fonte: Adaptado do MASA (2017). Resultados do Inquérito agrário integrado 2015.

No entanto, há uma grande variabilidade, pois o desvio padrão da média é de 6,4 membros entre participantes do TRNA face a 5 membros entre as não participantes. É que enquanto em Gaza, o tamanho médio familiar entre participantes do TRNA registou 8.8 membros e um desvio padrão de 7.2 face a média de 6.4 e desvio de 5.6 membros das explorações não participantes. Em Maputo, a média do tamanho familiar nas explorações envolvidas no TRNA foi de 5.4 membros, cifra ligeiramente menor às explorações não participantes. De todas formas, na região sul, excluindo as áreas rurais influenciadas por urbanismo como Maputo, as famílias agrícolas que desenvolvem TRNA têm um tamanho familiar numeroso do que as unidades agrícolas não envolvidas.

Quanto à idade média do chefe da família, esta foi relativamente mais baixa nas explorações dedicadas ao TRNA (45.7 anos) se comparada com as explorações não participantes (48.4 anos), situação que representa uma diferença de 2,7 anos desfavoráveis e um comportamento similar nas duas províncias. Em mediana, a idade manteve o padrão estrutural anterior, com a diferença de 2 anos desfavoráveis das participantes de TRNA face as explorações não participantes. O desvio padrão foi baixo em relação à média, assumindo o mesmo número de anos nos dois grupos de observação (14 anos). Essa situação evidencia que os membros das famílias agrárias participantes de TRNA são mais jovens que as não participantes.

O nível escolar entre os chefes das explorações foi muito baixo nas áreas rurais de sul de Moçambique em 2015, mas ligeiramente alto entre participantes de TRNA em um ano escolar, ao registar uma média de 4.4 anos de nível escolar neste grupo face a 3.4 anos escolares entre não participantes. Esse comportamento foi similar ao nível das duas

províncias, sendo os níveis mais baixos da média em Gaza. O desvio padrão foi grande até o ponto de atingir níveis próximos da média com diferença de um ano escolar nas explorações com TRNA e superior a média entre as não participantes.

Fica evidente, assim de acordo com os resultados dos testes estatísticos (Tabela 4), que a igualdade da variância assumida (F) para o tamanho familiar, escolaridade e idade é pequena no total das explorações, configurando assim diferenças estatisticamente significativas pois o resultado do nível de significância está abaixo de 5%. Em termos da diferença da média para as mesmas variáveis, apesar de ligeiras, ressalta-se um comportamento similar do teste t ao observado na variância. Quer dizer que, há maior tendência das explorações com muitos membros na família, com pessoas mais jovens e com maior educação, participar no TRNA.

Tabela 4

Resultados do teste t para igualdade da variância e média de características demográficas das explorações familiares no sul de Moçambique em 2015

		Independent Samples Test								
		Levene's Test for Equality of Variances		t-test for Equality of Means						
		F	Sig.	t	df	Sig. (2-tailed)	Mean Difference	Std. Error Difference	95% Confidence Interval of the Difference	
								Lower	Upper	
Tamanho do AF	Equal variances assumed	2543	0.000	53.6	230091	0.000	1.30	0.02	1.26	1.35
	Equal variances not assumed			55.0	229811	0.000	1.30	0.02	1.26	1.35
Idade	Equal variances assumed	282	.000	-23.5	60669	.000	-2.67	0.11	-2.89	-2.45
	Equal variances not assumed			-23.5	60434	.000	-2.67	0.11	-2.89	-2.45
Nível escolar	Equal variances assumed	1339	.000	34.7	60669	.000	1.02	0.03	0.96	1.07
	Equal variances not assumed			34.7	59170	.000	1.02	0.03	0.96	1.07

Nota: Fonte: Adaptado do MASA (2017). Resultados do Inquérito agrário integrado 2015.

A maior parte dessas actividades remuneradas não-agrícolas é de baixo nível (Figura 1), não requerendo grandes qualificações, facto explicado pelo baixo nível escolar dos responsáveis das explorações, observado anteriormente.

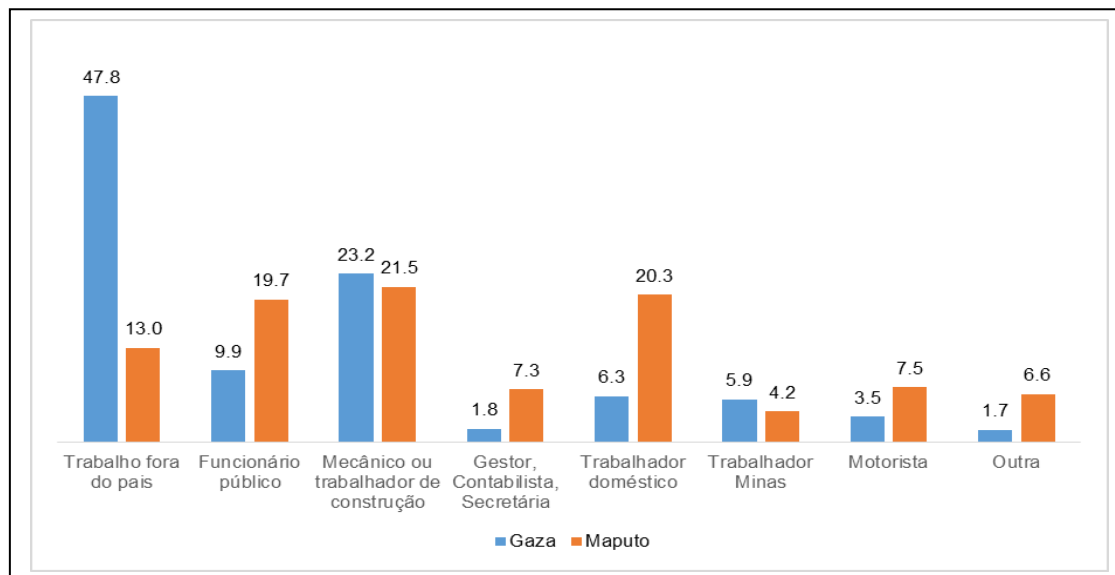


Figura 1. Explorações por ocupações não-agrícolas remuneradas do sul de Moçambique 2015 (%)

Nota: Fonte: Adaptado do MASA (2017). Resultados do Inquérito agrário integrado 2015.

Tratam-se, em ordem de importância, do trabalho fora do país (47.8%) na província de Gaza, do trabalho doméstico (20.3%) e como funcionário público (19.7%), geralmente em ocupações de baixa qualidade em Maputo, bem como os trabalhos de reparação mecânica e de construção, comuns nas duas províncias.

Em Maputo, salientam-se ainda as actividades de transporte, onde muitos membros são condutores de automóveis, trabalhos de gestão, contabilidade e de escritório em pouca quantidade, bem como outras actividades não especificadas, onde se inclui o comércio informal, alojamento, restauração, vigilância e segurança. O trabalho fora do país é actualmente diferente de mineiros, consistindo em trabalho migratório nas áreas de agro-indústria, construção, transportes, turismo, comércio e serviços de beleza nos países vizinhos como África do Sul e Eswatini.

Processo da produção agrícola e bem-estar

Nas explorações familiares do sul do país, a área cultivada é muito baixa tal como ocorre com o resto do país, situando-se em média de 0.45 hectares entre participantes de TRNA contra 0.74 hectares entre explorações não participantes, facto que revela uma diferença estatisticamente significativa de 0.28 hectares (Tabelas 5 e 6). O desvio padrão da média suplantou ligeiramente a média nos dois grupos. Ao nível geográfico, a tendência desfavorável da diferença da média da área cultivada das explorações participantes do TRNA (Tabela 6) face as não participantes foi similar, sendo a variabilidade muito alta entre as explorações de Maputo.

Tabela 5

Características do processo da produção agrícola familiar no sul de Moçambique 2015

		Gaza		Maputo		Total	
		Participou de TRNA					
		Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não
Área cultivada (ha)	Média	0.405	0.602	0.52	0.96	0.446	0.736
	Desvio padrão	0.516	0.561	0.29	1.021	0.449	0.786
Contratados temporários (Nº)	Média	2.0	6.6	2.3	2.6	2.1	3.7
	Desvio padrão	0.5	1.9	1.1	1.8	0.7	2.5
Contratados a tempo integral (Nº)	Média	1.8	1.0	1.0	1.1	1.4	1.1
	Desvio padrão	1.1	0.0	0.0	0.5	0.9	0.4
Produtividade agrícola (Kg/pessoa)	Média	245.8	81.6	109.1	75.7	182.0	80.4
	Mediana	57.8	26.8	57.8	11.0	57.8	25.0
	Desvio padrão	379.7	173.1	157.4	116.6	305.1	163.7
Rendimento agrícola (Kg/ha)	Média	1940.8	463.4	474.3	394.9	1236.1	450.2
	Mediana	321.5	169.3	122.7	111.8	157.4	148.1
	Desvio padrão	3312.8	978.7	778.4	498.7	2555.1	906.2
Animais domésticos (Nº)	Média	5.6	5.8	10.4	6.1	6.6	5.9
	Desvio padrão	6.0	5.0	11.4	3.7	7.7	4.7
Reserva alimentar (meses)	Média	2.06	2.60	1.90	1.30	1.96	2.39
	Desvio padrão	1.0	1.4	0.3	0.5	0.7	1.4

Nota: Fonte: Adaptado do MASA (2017). Resultados do Inquérito agrário integrado 2015.

Tabela 6

Resultados do teste t para da produção agrícola familiar no sul de Moçambique 2015

		Independent Samples Test								
		Levene's Test for Equality of Variances			t-test for Equality of Means					
		F	Sig.	t	df	Sig. (2-tailed)	Mean Difference	Std. Error Difference	95% Confidence Interval of the Difference	
								Lower	Upper	
Área cultiva-da (ha)	Equal variances assumed	3357	0.000	-55.81	60669	0.000	-.290	.005	-.30	-.28
	Equal variances not assumed			-55.77	48150	0.000	-.290	.005	-.30	-.28
Contra-tado temporário (Nº)	Equal variances assumed	10550	0.000	-43.39	13767	0.000	-1.612	.037	-1.68	-1.54
	Equal variances not assumed			-55.72	11098	0.000	-1.612	.029	-1.67	-1.55
Contra-tado a tempo integral	Equal variances	1193	.000	19.33	9506	.000	.276	.014	.25	.30

(Nº)	assumed									
	Equal		20.15	7828	.000	.276	.014	.25	.30	
	variances not									
	assumed									
Produtividade agrícola (kg/pessoa)	Equal	3916	0.000	39.66	40281	0.000	101.57	2.56	96.55	106.59
	variances not									
	assumed									
	Equal			42.94	36857	0.000	101.57	2.37	96.93	106.21
	variances not									
	assumed									
Rendimento agrícola (Kg/ha)	Equal	4287	0.000	38.57	39623	0.000	785.88	20.37	745.95	825.82
	variances not									
	assumed									
	Equal			42.66	29253	0.000	785.88	18.42	749.77	821.99
	variances not									
	assumed									
Animais domésticos(Nº)	Equal	605.8	.000	6.6	13278	.000	.71	.11	.50	.92
	variances not									
	assumed									
	Equal			6.0	7754	.000	.71	.12	.48	.94
	variances not									
	assumed									
Reserva alimentar (Meses)	Equal	3286.4	0.000	-19.9	9112	.000	-.43	.02	-.47	-.38
	variances not									
	assumed									
	Equal			-16.0	3716	.000	-.43	.03	-.48	-.37
	variances not									
	assumed									

Nota: Fonte: Adaptado do MASA (2017). Resultados do Inquérito agrário integrado 2015.

Da tabela 5, ainda destaca-se que a contratação da mão-de-obra externa em regime temporário registou uma diferença de média ligeiramente desfavorável às explorações participantes do TRNA em duas pessoas, com desvio padrão abaixo da média nos dois grupos. No entanto, essa diferença foi observada apenas em Gaza.

Para trabalho a tempo inteiro, depara-se pela tabela 5 que as explorações participantes do TRNA empregaram 1.4 pessoas face a 1.1 pessoas observadas entre as não participantes, num ambiente em que o desvio padrão situou-se abaixo da média nos dois grupos. Todavia, este resultado é estatisticamente significativo de acordo com os resultados do t test foi observada (Tabela 6), registando-se tal como em relação à mão-de-obra temporária, apenas em Gaza, cuja média superou a das não participantes em uma pessoa.

Da tabela 5, sobressai ainda que a produtividade agrícola das explorações familiares engajadas no TRNA foi em média de 182 kg face a 80.4 kg das explorações não participantes, uma diferença de 101.6 kg, mas com uma grande variabilidade. Mas o desvio padrão da produtividade suplanta em 123.1 kg a média das explorações participantes do TRNA face a 83 kg das não participantes. Pela tabela 6, pode-se notar que a variância assumida com teste F para produtividade agrícola, compulsado com o resultado do nível de significância que está abaixo de 5%, a diferença é estatisticamente significativa. A tendência da distribuição da média e do desvio padrão da produtividade agrícola foi similar ao nível das duas províncias. Considerando a mediana, constata-se que o padrão comportamental assumido pela média é similar, mas a baixos níveis de produtividade. Com efeitos, metade das famílias (mediana) participantes de TRNA tiveram mais de duas vezes a produtividade agrícola (57.8 kg) das explorações não participantes. Trata-se duma tendência que se

observou igualmente nas duas províncias, com as explorações engajadas no TRNA de Maputo a suplantarem as não participantes em mais de cinco vezes a sua produtividade agrícola.

Dos dados do rendimento agrícola, disponíveis na tabela 5, ressalta-se também uma tendência igual a observada anteriormente com a produtividade, tanto para média, desvio padrão como para mediana. Com efeitos, a média do rendimento agrícola das explorações participantes de TRNA foi mais de duas vezes (1236.1 kg/ha) a das não participantes, numa situação em que o desvio padrão suplanta mais de duas vezes a média. Este facto leva a considerar a mediana como melhor indicador, cuja tendência exhibe uma diferença de média positiva a favor das explorações envolvidas no TRNA em geral e ao nível das duas províncias.

A diferença de média da produtividade e do rendimento agrícolas significativamente favoráveis às explorações dedicadas ao TRNA (Tabela 6) contraria a diferença das médias da área cultivada e da mão-de-obra temporária que são desfavoráveis para este grupo. Todavia, há que recordar que as explorações familiares dedicadas ao TRNA registam mais homens, pessoas solitárias em estado civil, escolaridade e membros na família (Tabela 3), activos importantes para produtividade agrícola.

Em relação ao bem-estar, considerando a posse de bens, como animais domésticos, os resultados do teste t destacam uma diferença positiva da média destes activos a favor das explorações dedicadas ao TRNA, numa situação em que o desvio padrão suplanta a média (Tabelas 5 e 6). Esta diferença é influenciada pela província de Maputo, onde chega-se a atingir a magnitude de 4 animais. Os animais domésticos analisados foram, em ordem de importância, galinha, pato, cabrito, suíno, ovelha e vaca, em que o primeiro grupo de animais é possuído por muitas explorações.

Para uma produtividade alta entre explorações familiares dedicadas ao TRNA, esperava-se uma alta reserva agrícola alimentar. Das tabelas 5 e 6, depara-se que essa reserva é em média de dois meses, sem grande variabilidade, mas a diferença de média é estatisticamente significativa e desfavorável às explorações envolvidas no TRNA.

Considerando outros indicadores do bem-estar, como acesso de água potável, posse de bicicleta, motorizadas e telefone celular nas duas províncias, ressalta-se uma maior frequência relativa de explorações participantes do TRNA que as não envolvidas (Tabelas 7), sendo os resultados estatisticamente significativos de acordo com os testes de qui-quadrado de Pearson (Tabela 8). Excepção a esta asserção vai para motorizadas na província de Maputo, onde a diferença ligeira de explorações é desfavoravelmente significativas das explorações participantes do TRNA.

Tabela 7

Posse de bens e situação económica familiar no sul de Moçambique em 2015 (%)

	Gaza		Maputo		Total	
	Participou de TRNA					
	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não
AF com Motorizada	9.6	0.5	5.2	7.0	8.0	3.0
AF com bicicleta	30.4	15.5	8.8	3.2	22.4	10.9
AF com telefone celular	96.5	81.5	90.5	64.7	94.3	75.2
AF usa água potável	23.1	6.4	8.7	1.7	17.8	4.6
Situação Económica do Melhor que a 3 anos	9.8	3.1	13.7	6.7	11.2	4.4

AF comparado 3 anos anteriores	Igual como a 3 anos	13.9	21.7	11.3	24.3	13.0	22.7
	Pior que ha 3 anos	76.3	75.2	75.0	69.0	75.8	72.9
	Total	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0

Nota: Fonte: Adaptado do MASA (2017). Resultados do Inquérito agrário integrado 2015.

Tabela 8

Resultados do teste qui-quadrado de Pearson para posse de bens e situação económica familiar no sul de Moçambique em 2015

			Pearson Chi-Square Tests				
			AF com Motorizada	AF com bicicleta	AF com telefone celular	AF usa água potavel	Situação Económica familiar
Província	Gaza	Chi-square	1619.7	1184.1	2206.3	2096.8	986.3
		df	1	1	1	1	2
		Sig.	.000 ^{*,b}	.000 ^{*,b}	.000 ^{*,b}	.000 ^{*,b}	.000 ^{*,b}
Província	Maputo	Chi-square	31.9	322.9	2157.3	569.3	831.8
		df	1	1	1	1	2
		Sig.	.000 ^{*,b}	.000 ^{*,b}	.000 ^{*,b}	.000 ^{*,b}	.000 ^{*,b}
AF	Chi-square	738.4	1452.2	4290.6	2629.9	1710.7	
Participou de TRNA	df	1	1	1	1	2	
	Sig.	.000 ^{*,b}	.000 ^{*,b}	.000 ^{*,b}	.000 ^{*,b}	.000 ^{*,b}	

Nota: Results are based on nonempty rows and columns in each innermost subtable.

a.*. The Chi-square statistic is significant at the .05 level.

b. Some cell counts in this subtable are not integers. They were rounded to the nearest integer before the computation of Chi-square test.

Fonte: Adaptado do MASA (2017). Resultados do Inquérito agrário integrado 2015.

De resto, a posse desses bens é muito influenciada pela província de Gaza pois a frequência e a sua diferença com as explorações não participantes são muito elevadas que em Maputo. Na verdade, as explorações familiares com esses meios em alusão são mais frequentes em Gaza, com diferenças de frequência relativa esmagadoramente favoráveis para explorações participantes do TRNA.

No que se refere à situação económica do agregado familiar em comparação com 3 anos anteriores, vista pela opinião do chefe da exploração, ressalta que poucas explorações estavam em melhores condições de vida em 2015 do que a 3 anos anteriores nas duas províncias (Tabela 7). Dessas poucas explorações, regista-se maior frequência de participantes do TRNA em melhores condições de vida, numa diferença de 7% de proporção, face as explorações não participantes. No entanto, esses resultados são estatisticamente significativos tanto ao nível geral, como ao nível das duas províncias.

Discussão

Os resultados do estudo ressaltam uma elevada participação das explorações familiares participantes do TRNA (55.4%). Esta frequência está acima da reportada por Haggblade et al.(2007), quando estimaram a ocupação não-agrícola em 35% a 45% da população rural Africana mas está dentro dos estudos de Awoniyi e Salman (2011) e Dary e

Kuunibe (2012) sobre Nigéria e Gana respectivamente que constataram que 30% a 60% das explorações agrícolas desenvolvem actividades não-agrícolas.

No entanto, há algumas diferenças geográficas, com a província de Gaza assumir maior frequência de explorações participantes do TRNA (58.5%) face a Maputo (50.4%), facto que pode estar ligado ao maior nível de urbanização neste último ponto do país.

Os resultados evidenciam maior participação dos homens e de não casados, como responsáveis das explorações, no TRNA, principalmente em Maputo, facto que sugere a continuidade do poder dominado pelo homem nas relações de género. Para tanto, em Moçambique, a mulher regista baixo nível escolar, facto que lhe impede de realizar trabalho não-agrícola de qualidade, longe de casa, facto observado por Babatunde (2015) e Cunguara et al. (2011). Os dados destacam também uma aparente igualdade de participação no TRNA entre homem e mulher na chefia das explorações em Gaza, facto que fica a dever-se à tendência da migração dos homens para áreas urbanas e países vizinhos à procura de oportunidades de emprego, como já constatado por Anang (2017), Awoniyi e Salman (2011) e Cunguara et al.(2011).

Os resultados indicam uma tendência de maior nível escolar e do tamanho familiar bem como da idade relativamente baixa entre participantes de TRNA, facto que confirma a teoria de Chayanov, sugerindo estes factores como determinantes intrínsecos, da demanda do trabalho remunerado não-agrícola no seio familiar ou de indivíduos detentores de exploração agrária, conforme Schneider (2003), Nascimento (2005) e Cardoso (2013).

No que se refere ao processo produtivo, realçam-se baixa cifras de área cultivada e mão-de-obra temporária para as explorações engajadas no TRNA, sugerindo que o trabalho remunerado reduz a área cultivada, sobretudo quando agricultura não é mecanizada. Esse facto já foi constatado por Bartlett (1986) e Chikwama (2004) e Ovwigho (2014).

Sobressai do processo produtivo que o uso de trabalhadores a tempo inteiro, produtividade e rendimento agrícolas são significativamente favoráveis às explorações dedicadas ao TRNA, facto aparentemente paradoxal atendendo que a área cultivada e a mão-de-obra temporária nesse grupo são desfavoráveis. No entanto, as explorações envolvidas no TRNA têm mais membros na famílias, homens, pessoas não casadas e de escolaridade ligeiramente superior na família, activos cruciais para incremento da produtividade. Ademais, o facto dessas explorações dedicarem-se ao TRNA, sugere que estas investem parte dos rendimentos na agricultura para pagar mão-de-obra externa a tempo integral. Esta situação confirma que a participação no trabalho não-agrícola contribui para incremento da produtividade agrícola (Barrett & Reardon, 2000; Davis, 2006; Haggblade et al., 2007, 2010; Paudel, 2002) e contraria Chikwama (2014) e Rantšo (2016).

Em relação ao bem-estar, avaliado pela posse de bens (animais, acesso à água potável, posse de bicicleta, motorizada e telefone celular), constata-se ser favorável às explorações dedicadas ao TRNA. No entanto, a sua reserva alimentar agrícola é ligeiramente baixa se comparada às explorações exclusivamente agrícolas. Isto sugere que dado o elevado tamanho familiar entre explorações participantes do TRNA, a produtividade agrícola não é suficiente para manter uma alta reserva alimentar agrícola durante o ano. Isto indicia que tanto a insegurança alimentar, como a necessidade de adquirir mais activos, por exemplo de animais domésticos, são factores demandantes da participação no TRNA.

No que se refere à situação económica da família, ressalta-se uma melhoria das explorações participantes do TRNA, ainda que reduzida (9%), facto que sugere que estas têm um bem-estar relativamente melhor que as que desenvolvem só agricultura. Este facto confirma os trabalhos empíricos de Feijó e Agy (2015) bem como de Rantšo (2016) quando ressaltam que o trabalho não-agrícola, combinado permanentemente com agricultura, ao nível familiar ou individual nas áreas rurais, contribui para a redução da pobreza.

Conclusão

Este artigo pretendia avaliar a importância e os determinantes do trabalho remunerado não-agrícola entre detentores de pequenas e médias explorações no sul de Moçambique em relação à produtividade e bem-estar.

A análise ressalta que o TRNA tem muita adesão no sul do país pois mais de metade dos produtores familiares ocupa-se desta actividade, sendo mais saliente entre áreas rurais de maior migração, como Gaza, entre explorações chefiadas por homem, com pessoas em regime solitário e com pouca posse de terra cultivada. As famílias participantes do TRNA apresentam muitos membros no agregado, relativamente jovens e com maior escolaridade. No entanto, em Maputo, essa situação deve ser visto com relatividade pois o tamanho familiar das explorações participantes é menor à das não participantes, facto que reflecte a urbanização e à maior possibilidade de acesso a educação.

As explorações participantes do TRNA têm poucos contratados temporários e mais contratados a tempo integral, em zonas mais rurais, como em Gaza face às explorações exclusivamente agrícolas mas em zonas influenciadas pelo urbanismo, como Maputo, não há diferença entre os dois grupos devido às diversas oportunidades de emprego não-agrícola e da venda da produção.

Como consequência, a produtividade e o rendimento agrícolas foram mais elevadas nas explorações participantes do TRNA mas a reserva alimentar foi baixa no grupo em áreas dominadas pela ruralidade como Gaza, o que pode dever-se ao tamanho familiar numeroso, que dilui o efeito da elevada produtividade. Nas áreas influenciadas pelo urbanismo, como Maputo, a participação no TRNA resulta em maior segurança alimentar.

No entanto, há melhoria do bem-estar nas famílias envolvidas do TRNA, avaliado por posse de meios de transporte básico, como bicicleta, e de acesso à tecnologia de informação e comunicação, como telefone celular, bem como de acesso à água potável, facto que propicia uma avaliação favorável da situação económica familiar.

Esta situação sugere que uma política de desenvolvimento rural sustentável para Moçambique passa pela concepção da ruralidade como uma área multisectorial e multifuncional, um espaço de produção de alimentos e de matéria-prima, consumo, lazer, transformação de bens e prestação de serviços.

Referências

- Anang, B.T. (2017). *Effect of non-farm work on agricultural productivity - Empirical evidence from northern Ghana*. Wider Working Paper 38. Retrieved from <https://www.econstor.eu/bitstream/10419>
- Awoniyi, O.A., & Salman, K.K. (2011). *Non-Farm Income Diversification and Welfare Status of Rural Households in South West Zone of Nigeria*. Retrieved from <https://addis2011.ifpri.info/files>
- Babatunde, R.O. (2015). *On-farm and off-farm Works: complements or substitutes? Evidence from Rural Nigeria*. Working paper n°2. Retrieved from <https://www.msm-nlmsm-wp2015-02.pdf>
- Bartlett, P.F. (1986). Part Time farming: Saving the farm or saving the life style. *Rural Sociology*, 51 (1986), 289-313.
- Barrett, C.B., Reardon, T., & Webb, P. (2001). Nonfarm income diversification and household livelihood strategies in rural Africa: concepts, dynamics, and policy implications. *Food Policy*, 26(1), 315–333. Retrieved from <https://www.elsevier.com/locate/foodpol>.
- Barrett, C.B., & Reardon, T. (2000). *Asset, Activity, and income Diversification among African agriculturalist: Some practical issues*. Retrieved from <https://web.worldbank.org/archive/website01066/>
- Bezu, S., Barrett, C.B., & Holden, S.T. (2012). *Does the nonfarm economy offer pathways for upward mobility? Evidence from a panel data study in Ethiopia*. Retrieved from <https://mpr.ub.uni-muenchen.de/35754/>
- Blad, M. (2014). Pluriactivities on familyfarms. *Więś I Rolnictwo*, 4 (165) 45-59. Retrieved from <https://www.ageconsearch.umn.edu/bitstream/>
- Boughton, D., Mather, D., Tschirley, D., Walker, T., Cunguara, B., & Payongayong, E. (2006). *Changes in Rural Household Income Patterns in Mozambique, 1996-2002, and Implications for Agriculture's Contribution to Poverty Reduction*. Research Report. Ministry of Agriculture. Maputo.
- Bryceso, D.F. (2002). Multiplex livelihoods in rural Africa: Recasting the terms and conditions of gainful employment. *The Journal of Modern Studies*, (3) 2002. Retrieved from <https://www.researchgate.net/publication/231919389>
- Cardoso, J.G. (2013). *Agricultura familiar, Pluriactividade e políticas públicas na região do nordeste e sul do Brasil nos anos 1990 e 2000: Trajetórias e desafios*. (Tese de doutorado Universidade Federal de Uberlândia). Retrieved from <https://www.reformaarariaemdados.org.br>
- Chikwama, C. (2004). *Rural Off-Farm Employment and Farm Investment: An Analytical Framework and Evidence from Zimbabwe*. Discussion Paper. Retrieved from <https://www.ageconsearch.umn.edu/bitstream>
- Cunguara, B. (2011). *Assessing strategies to reduce poverty in rural Mozambique*. (Doctoral Thesis). University of Natural Resources and Life Sciences. Viena. Retrieved from <https://www.wiso.boku.ac.at/fileadmin/data/h03000/h730000/pub>
- Cunguara, B., Langyntuo, A., & Dranhof, I. (2011). The role of nonfarm income in coping with the effects of drought in Southern Mozambique. *Agricultural Economics*, 42(11), 701-713. doi: 10.1111/j.1574-0862.2011.00542.x

- Dary, S.K., & Kuunibe, N. (2012). Participation in Rural Non-Farm Economic Activities in Ghana. *American International Journal of Contemporary Research*, 2(8). Retrieved from <https://www.Ajjjernet.com/journals>
- Davis, J. (2006). Rural non-farm livelihoods in transition economies: emerging issues and policies. *Journal of Agricultural and Development Economics*, 3(2) 180–224. Retrieved from <https://ageconsearch.umn.edu/record/112606/files/ah756e00.pdf>
- Ellis, F. (2000). *Rural Livelihoods and diversity in Developing Countries*. Retrieved from <https://books.google.co.mz/books?id=gCKQs-3NKhUC&printsec=frontcover&hl=pt-PT>
- Feijó, J., & Agy, A. (2015). Do modo de vida camponês à pluriactividade - impacto do assalariamento urbano na economia familiar rural. *Observatório do meio rural*. Documento de trabalho N°30. Retrieved from <https://omrmz.org/omrweb/publicacoes/>
- Fuller, A.M. (1990). From part-time farming to pluriactivity: a decade of change in Rural Europe. *Journal of Rural Studies* 6, 361-373. Retrieved from <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/074301679090049E>
- Haggblade, S., Hazell, P., & Reardon, T. (2010). The rural non-farm economy: prospects for growth and poverty reduction. *World Development* 38(10), 1429-1441. Retrieved from doi: 10.1016/j.worlddev.2009.06.008
- Haggblade, S., Hazell, P., & Reardon, T. (Eds). (2007). *Transforming the rural nonfarm economy: Opportunities and Threats in developing world*. Retrieved from https://www.researchgate.net/publication/265143346_Transforming_the_Rural_Non-Farm_Economy/download
- Jatta, S. (2013). *Non-farm wages and poverty alleviation in developing countries*. MPRA Paper. Retrieved from https://mpra.ub.uni-muenchen.de/47180/1/MPRA_paper_47180.pdf
- Kaur, S., Kulkarni, V.S., Gaiha, R. & Pandey, M.K. (2010). *Prospects of Non-Farm Employment and Welfare in Rural Areas*. Working Paper. Retrieved from https://crawford.anu.edu.au/acde/asarc/pdf/papers/2010/WP2010_05.pdf
- Massingarella, C., Nhate, V., & Oya, C. (2005). *Mercados Rurais em Moçambique: Um estudo sobre o trabalho assalariado temporário e informal nas zonas rurais de Manica, Nampula e Zambézia*. Discussion paper. Maputo.
- Mehta, G.S. (2002). *Non-farm economy and farm economy and rural development*. Giri Institute of Development Studies. Dehli. Retrieved from http://planningcommission.nic.in/reports/sereport/ser/stdy_nfeco.pdf
- Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar. (2017). *Resultados do inquérito agrário integrado 2015*. Retrieved from <https://www.masa.gov.mz/estatisticas/inquerito-agricola-integrado/>
- Ministério da Planificação e Desenvolvimento. (2009). *Decreto n° 90/2009 de 15 de Dezembro de 2009 – Regulamento que aprova o Fundo de Desenvolvimento Distrital*. Maputo.
- Ministério de Economia e Finanças. (2016). *Pobreza e bem-estar em Moçambique: Quarta Avaliação Nacional (2014/2015)*. Maputo.
- Nascimento, C.A.Do. (2005). *Pluriactividade, pobreza rural e políticas públicas*. (Tese de doutorado Universidade Estadual de Campinas). Retrieved from <http://repositorio.unicamp.br/>

- Organizacion das Naciones Unidas para Agricultura e Alimentacion. (2012). *Marco estratégico de mediano plazo de cooperación de la FAO en agricultura familiar en América Latina y el Caribe*. Retrieved from <https://www.fao.org/docrep/019/as169s/as169s.pdf>
- Ovwigho, B.O. (2014). Factors influencing involvement in nonfarm income generating activities among local farmers: The Case of Ughelli South Local Government Area of Delta State, Nigeria. *Sustainable Agriculture Research*, 3(1). Retrieved from <https://www.semanticscholar.org/paper/Factors-Influencing-Involvement-in-Nonfarm-Income-%3A-Ovwigho/1afdf5c728738fcc9528ba5cb52608ec62680e4c>.
- Paudel, Krishna. (2002). Part time Farming, Farm Productivity, and Farm Income: Evidence from The Southeast US. *The American Agricultural Economics Association's Annual Meeting Document*, July 2002:1-10.
- Rantšo, T.A. (2016). The role of the non-farm sector in rural development in Lesotho. *J.of Modern African Studies*, 54(2), 317–378. doi: 10.1017/S0022278X16000197
- Reardon, T. (2015). *Rural non-farm income in developing countries*. Retrieved from <https://www.researchgate.net/publication/247437478>
- Reardon, T. (1997). Using evidence of household income diversification to inform study of the rural nonfarm labor market in Africa. *World Development*, 25(5), 735-748. Retrieved from <https://www.sciencedirect.com/science/>
- Schneider, S. (2003). Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. *Revista brasileira de ciências sociais*, 18(2), 99-121. Retrieved from <https://www.Scielo.br/pdf/>
- Schneider, S. (1999). *Agricultura familiar e pluriatividade*. (Tese de Doutorado da Universidade Federal do Rio Grande do Sul). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação Em Sociologia – Porto Alegre.
- Silva, L.R. D., & Kodithuwakku, S. (2010). *Pluriactivity, entrepreneurship and socio-economic success of rural households*. Manchester Business School Working Paper, N° 596. Retrieved from <https://www.mbs.ac.uk/research/workingpapers/>
- Silva, L.R. D & S. Kodithuwakku. (2005). Pluriactivity and Socio-economic Success of Rural Households. *Sri Lankan Journal of Agricultural Economics*, 7(1), 85-108.
- United Nations Statistics Division. (2004). *International Standard Industrial Classification of All Economic Activities (ISIC), Revision 4*. Retrieved from <https://www.cepal.org/deype/>
- Zhu, N., & Luo, X. (2005). *Impacts of non-farm income on inequality and poverty: the case of rural China*. Retrieved from <https://www.demoscope.ru/weeklykinigi/tours>

Data de recepção: 07/02/2019

Data de revisão: 11/02/2019

Data de aceitação: 26/04/2019